

celentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, solicitando liberação de recursos que possa viabilizar a realização do "Curso de Especialização em Criminologia", a ser realizado em Porto Alegre/RS, para funcionários penitenciários dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nos termos do projeto incluso ao expediente ora mencionado; informou ainda que outro expediente oriundo também da Secretaria da Justiça/RS, foi encaminhado à Presidência do Conselho Federal de Entorpecentes, solicitando alocação de verba para realização do "Curso de Extensão Universitária: O Uso Indevido de Drogas em Instituições Totais", destinado a Técnicos de Nível Superior que atuam em Instituições da Rede Penitenciária e FEBE4, numa promoção daquela Secretaria através do CONEN e Escola do Serviço Penitenciário/RS. III- Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária - Considerando a necessidade de atualizar a política criminal e penitenciária no País, o Presidente designou Comissão integrada pelos Conselheiros JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, NILZARDO CARNEIRO LEÃO, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND e ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, tendo o primeiro como Presidente e o segundo como Relator, para, dentro das atribuições do CNPCP, elaborarem o Planejamento objeto do presente assunto. IV- Regimento Interno - solicitado pela Secretaria de Modernização do Ministério e com a presença de sua Assessoria, foi a matéria reexaminada pelo Conselho e, face às observações levantadas, o Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI pediu vista do anteprojeto mencionado. V- Processos e expedientes relacionados: a) Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI - 19) Processo-MJ-Nº 08000.005443/89-59 - Assunto: expediente encaminhando ofício da Câmara Municipal de Apiaí, Estado de São Paulo, ao qual anexa "Moção de Repúdio", subscrita pelo Vereador DARCI PRESTES DOS SANTOS, sugerindo a adoção de nova política carcerária no País, a implantação do trabalho compulsório no cumprimento de pena privativa de liberdade, e apresentando "repúdio pela atual política carcerária". VOTO: "Bem se vê, desde logo, que as solicitações constantes da Moção reclamam providências que refogem às atribuições deste Egrégio Conselho (cf. artigo 64 da Lei n. 7.210, de 1984). Por outro lado, no tocante ao repúdio, representa a moção livre manifestação de seu subscritor que, embora respeitável, não tem como, restrita e solitária, atingir sua saudável finalidade. Isso posto, proponho o arquivamento do expediente, comunicando-se a deliberação tomada à Câmara Municipal de Apiaí." Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime. 29) Ofício nº 219/88 - da Associação dos Agentes de Segurança Penitenciária e funcionários da Secretaria da Justiça do Estado de São Paulo - Assunto: expediente em que a Associação oficializa a pleiteia a atenção deste Egrégio Conselho para a afirmada injustiça constante da Lei Complementar nº 548, de 24 de junho de 1988, do Estado de São Paulo; injustiça consistente no fato de não terem os Agentes de Segurança Penitenciária conquistado, constitucionalmente, o mesmo direito à aposentadoria conferido aos policiais civis. VOTO: "A matéria refoge, in totum, às atribuições estabelecidas no artigo 64 da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984). Por isso que proponho o arquivamento do expediente, comunicando-se a deliberação à interessada." Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime. 39) Ofícios nºs 0001/88, de 23.03.88, da Associação dos Funcionários de Penitenciárias de Minas Gerais - AFUPEMG, 152/88, de 07.06.88 e 091/88, de 19.07.88, da União dos Agentes Prisionais do Estado do Ceará, Anteprojeto de Lei - Exp. n. 08000.010931/88/61-MJ (antigo DEPEN). Assunto: expedientes relativos a sugestões e à esquematização de Anteprojeto de Lei, dispondo sobre a situação dos servidores penitenciários no Brasil. Apresentam, em seus contextos, diferenciadas formulações, com a comum finalidade de subsidiar a elaboração de Anteprojeto ou Projeto de Lei. VOTO: "A matéria, em sua inteireza, é objeto de trabalho de Comissão formada neste Egrégio Conselho, com a finalidade de regulamentar, através de pré-elaboração legislativa especificada a uma "Lei Orgânica do Agente Penitenciário", um Anteprojeto de Lei. Por isso que, anotadas as sugestões e idéias entendidas pertinentes e relevantes, que encerram, devem ser os expedientes arquivados, comunicando-se a deliberação às entidades interessadas. É como voto, submetendo a opinião manifestada, como sempre, à douta apreciação dos eminentes Senhores Conselheiros." Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime. 49) Processo-MJ-Nº 08000.002570/88-89 - Assunto: denúncia de presos da Cadeia Pública de Ipatinga/MG - Complementação de voto: "Retornando os referidos autos à apreciação do Egrégio Conselho, opinamos, tendo em vista o que deles consta: 1) sejam reiterados os ofícios cujas cópias se encontram às fls. 60, 61 e 62; 2) seja o ofício do Doutor Procurador-Geral da Justiça do Estado de Minas Gerais, solicitando suas providências no sentido da apuração dos fatos, tidos como penalmente relevantes, e, certamente, objeto da verificação dos agentes da persecução criminal, sobretudo do Ministério Público". Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime; b) Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO - 19) Expediente S/Nº de 3.04.89 - Assunto: trabalho para apenados - VOTO: "A carta é mais um grito de alerta e de protestos contra as condições de vida impostas pelo sistema penitenciário aos apenados de todo o Brasil. Lamentavelmente, os detentores do poder público no país, até a presente data, não se tocam de sensibilidade para os que, lançados à própria sorte, no conviver social, desprotegidos na comunidade, vêm se tornar na grande iniquidade dos presídios. Em verdade, as Leis 7.209 e 7.210/84 e a recente Constituição da República Federativa do Brasil revelam a preocupação com o futuro do apenado. A inexistência, porém, de uma vontade do Poder Público, de um plano de política criminal e penitenciária, de uma priorização das obrigações dos governantes, de um voltar-se para os destinos do homem encarcerado, revelam que existe, tão só, uma preocupação meramente formal, talvez para consumo externo, pois os textos legais, na prática, convertem-se em letras mortas. Entre nós, vem de longe esse desinteresse pela recuperação do apenado, inclusive através de estruturas laboratórias. Basta se ver que a Constituição do Império, de 1824, em seu art. 179, nº 21, expressamente determinava: "As cadeias serão seguras, limpas e bem arejadas, haverão casas para separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza de seus crimes." E, só para os homens livres, o nº 19 do mesmo artigo da Carta Imperial dizia: "Desde já ficam abolidos os açoites a tortura, a marca de ferro quente e todas as penas cruéis." O Código Criminal de 1890 falava já em patronatos. A vigente Constituição, de 1988, diz que o Brasil é um Estado Democrático de Direito fundado na cidadania, na dignidade da pessoa humana e nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1º), regendo-se, entre outros, pelo princípio da prevalência dos direitos humanos (art. 4º), e trazendo, em seu art. 5º, que "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante (nº III), considerando crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática de tortura (XLVIII), que não haverá penas cruéis (XLVI, e), que a pena será cumprida em estabelecimento distinto, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado (XLVIII), que é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral (XLIX, e) que o primado do trabalho é a base da ordem social, objetivando o bem-estar e a justiça sociais (art. 193). Constituições e leis anteriores também cuidaram da matéria. Que se fez até hoje, fora os modernos textos legais? Não é muito difícil mudar estruturas da lei, o difícil é mudar estruturas sociais, eliminar preconceitos, construir valores mais humanos do conviver, respeito e proteção aos economicamente desprotegidos. Há permanentes campanhas eleitorais para os mais diversos cargos, há cidadãos eleitos que cumprem todo o seu mandato e nada se altera. Há o começo de uma campanha presidencial e, até o momento nada foi dito sobre uma política criminal ou penitenciária. Ocorrem retrocessos quando se forjam projetos e sancionam-se leis reforçando as penas privativas de liberdade, enquanto, paralelamente, promovem-se cortes rudes no orçamento público em relação ao sistema penitenciário. Recentemente, em 05 de janeiro deste ano, foi promulgada a Lei 7.716, que "define os crimes resultantes de preconceito de raça e de cor." Houve, apenas, a mudança no sistema de penas, alterando-se de prisão simples para reclusão. Não é essa a forma com que se irá extinguir no Brasil preconceitos, que não são só de raça e de cor, mas também de sexo e de estado civil.

A carta do sentenciado é um alerta a tudo isso. Ao CNPCP compete recebê-la, meditar sobre a matéria e encaminhá-la à Secretaria de Justiça de São Paulo e ao Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária daquele Estado, juntamente com cópia da decisão deste órgão, com o parecer aprovado, ao apenado José Carlos Amorim, do Centro de Readaptação Penitenciária de Taubaté, SP." Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime. 29) Ofício nº 048/88 - CEP/PA - Assunto: Projeto de Ressocialização do Apenado. VOTO: "Nosso voto é de total acolhimento à iniciativa, que pode ser um dos caminhos a ser explorado pelos que cuidam e administram um sistema penitenciário, obtendo, através do engajamento de outros órgãos e, posteriormente, da própria comunidade, através de organizações não governamentais, a formulação de um magnífico mutirão de resgate das condições de vida e de recuperação de apenados, parabenizando o Dr. Osvaldo Coelho pelo Convênio firmado. De toda conveniência que a decisão deste CNPCP seja levada ao conhecimento do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária do Paraná, e, ao mesmo tempo, solicitar informes sobre o andamento do Projeto, os resultados já obtidos, pois que de vital importância para a população carcerária do Paraná, podendo, ainda, servir de modelo para iniciativas semelhantes em outros Estados da Federação." Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime. 39) Processo-MJ-Nº 8000.001812/89-61 - Assunto: Estabelecimento de normas para adequar a estrutura dos serviços judiciais do Estado às diretrizes traçadas pela nova Carta Política - VOTO: "O Provimento revela a preocupação do ilustre Desembargador Christovam Daitello Moreira para com as garantias individuais inseridas na Constituição Federal e representa um mecanismo orientador para agilização das atividades judiciais. É evidente que o Provimento não cuida de revogar dispositivos das leis processuais, mas, tão só, permitir uma mais rápida atuação do Poder Judiciário, além de ressaltar as garantias a serem respeitadas pelos órgãos do Poder Público encarregados da prevenção e repressão dos ilícitos penais. O envio do Provimento a este CNPCP foi tão só para seu conhecimento, pelo que somos pelo arquivamento do mesmo e que seja oficiado ao Exmº Sr. Des. Christovam Daitello Moreira, parabenizando-o pela iniciativa." Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime. 49) Processo-MJ-Nº 5441/89-23 - Assunto: livramento condicional - VOTO: "A matéria objeto do ofício do Sr. Presidente do Conselho Penitenciário do Rio de Janeiro representa a individualização de um dos tópicos do Relatório enviado pelo ilustre Presidente do órgão, relativo às suas atividades no ano de 1988. Este CNPCP só tem a lamentar o que o Conselheiro Paulo Goldrajh destaca em seu parecer, e que denomina "inércia dos órgãos da Administração". O voto é no sentido de que cópias do presente processo, com a decisão do CNPCP, sejam enviadas ao Presidente do Tribunal de Justiça, Secretaria da Justiça, Procuradoria Geral de Justiça e Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária". Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime. 59) Processo-MJ-Nº 08000.005444/89-11 - Assunto: Relatório de atividades do Conselho Penitenciário/RJ - ano/88 - VOTO: "O Relatório enviado pelo Presidente do Conselho Penitenciário do Rio de Janeiro revela a preocupação dos integrantes do órgão no bem cumprir suas atribuições. Há interesse na rápida agilização dos diversos processos, tomam-se iniciativas, fazem-se inspeções, constata-se deficiências, tudo é comunicado a quem de direito. Há representações formuladas junto à Corregedoria Geral de Justiça contra o Juízo

das Execuções e ao Sr. Secretário da Justiça, contra o DESIPE. Não se faz referências, no Relatório, à participação do Ministério Público na execução penal do Rio de Janeiro. Pelo relatado, o Conselho Penitenciário cumpriu, com entusiasmo e interesse, suas obrigações, como órgão da execução penal. As precariedades e deficiências da estrutura física penitenciária do Rio de Janeiro não difere do que existe no restante do País. Só que aumentada e, portanto, agravada. No entanto, é preocupante a distorção existente entre o Conselho Penitenciário, o Juízo das Execuções Penais e o DESIPE, que vem demonstrar que um sistema só funcionará a contento, mesmo dentro da pobreza natural dos condicionamentos materiais se todos os sub-sistemas tiverem igual desejo de acertar com os objetivos a que se destinam. Se o Conselho Penitenciário envia suas decisões, devidamente instruídas, ao Juízo das Execuções Penais e, ali, os pleitos dos recolhidos ficam retardados na manifestação jurisdicional, se o órgão em contra dificuldades para localização de apenados, pois às vezes nem mesmo a Divisão Jurídica do DESIPE sabe em que unidade os mesmos se encontram, impõe-se a tomada de providências para que esses canais de reinvidicações sejam desobstruídos, para que os direitos dos recolhidos fluam normalmente. É inaceitável, no Rio de Janeiro, deficiências nos atendimentos jurídico, médico e odontológico, ausência de pessoal técnico para formar as comissões de entrevistas e elaboração de laudos indispensáveis à instrução de processos. O Ministério Público e a Defensoria Pública devem ter atuações efetivas na minimização dos problemas apontados pelo Conselho Penitenciário, a fim de ser diminuído o fôssco, que se constata, existente entre o Conselho Penitenciário, o Juízo das Execuções Penais e o DESIPE. O voto é no sentido de aprovar o Relatório e, ao mesmo tempo, enviar cópias do mesmo ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, ao Juízo das Execuções Penais, ao Secretário da Justiça, à Procuradoria Geral de Justiça, à Procuradoria Geral da Defensoria Pública e ao Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária do Rio de Janeiro, juntamente com a decisão deste CNPCP". Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime. c) Conselheira ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND - 19) Inspeção-SP - Assunto: visita às autoridades das áreas de Segurança e Justiça do Estado de São Paulo, bem como ao 42º Distrito Policial da Capital, nos dias 05 e 06 de março corrente, a propósito da morte de 18 presos naquele Distrito. VOTO: "Dirigidas a todo o país, mas focalizando, no momento, o Estado de São Paulo, cabe sugerir: - Ao Governo do Estado, através de seus diversos órgãos competentes, que planeje e coordene a implementação das medidas necessárias para que todos os condenados sejam remetidos a penitenciárias, todos os processos alocados em presídios ou equivalentes, em caráter de urgência. O treinamento aprofundado dos profissionais que lidam com custodiados e a garantia de boas condições de trabalho aos mesmos deve merecer a atenção das autoridades. - Ao Governo Federal que considere prioritário o atendimento das demandas estaduais para construção de estabelecimento efetivamente necessários, sempre dentro da concepção atual e humana que se impõe. Deve, ainda, chamar a si a oportuna tarefa de instruir a sociedade no sentido da compreensão das reais causas e consequências da criminalidade, mobilizando-a na tarefa de garantir o respeito a todos os cidadãos, ainda que criminosos. - A este digno Conselho que, em cumprimento às suas atribuições previstas na Lei de Execução Penal, busque a viabilização das providências anteriormente mencionadas, colocando-se à disposição das autoridades judiciais e do Estado a fim de que se encontrem medidas alternativas que não causem danos e produzam efeitos proveitosos a comunidade. No caso da morte dos 18 internos, o Conselho deve proceder a cuidadoso acompanhamento dos inquéritos policiais em curso, instando para que a responsabilidade de todos os envolvidos seja apontada, sobrevida do correspondente punição. Senhores Conselheiros são estas as informações que me coube trazer e as consequentes observações e recomendações que, como Conselheira e como cidadã, me vejo no dever de fazer. Sugiro a remessa deste relatório aos órgãos públicos responsáveis pela execução da pena, por tratar de matéria do interesse dos mesmos". Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime do Relatório e das conclusões e, posterior encaminhamento de cópias do trabalho aos órgãos responsáveis pela execução da pena em São Paulo, a saber: Presidente do Tribunal de Justiça, Secretaria da Justiça, Corregedoria Geral da Justiça e Procuradoria Geral da Justiça. d) Conselheiro JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES - 19) Relatório de Conselho Penitenciário Estadual -

dados obrigatórios - Tendo em vista o disposto nos arts. 69, 70 e 137 da Lei de Execução Penal e, de acordo com a deliberação do CNPCP em sua 156ª reunião ordinária, o relator propôs ao Conselho modelo padrão de relatório a ser adotado pelos Conselhos Penitenciários Estaduais que, no primeiro trimestre de cada ano, obrigatoriamente